

PLATÃO E O GOVERNO DOS SÁBIOS: CONHECIMENTO E POLÍTICA NA CONFORMAÇÃO DA SOCIEDADE IDEAL

PLATO AND THE GOVERNMENT OF THE WISE: KNOWLEDGE AND POLITICS IN SHAPING THE IDEAL SOCIETY

Ediano Dionísio do PRADO¹

¹ *Docente no Instituto Federal do Sul de Minas – IFSULDEMINAS/ Campus Inconfidentes; Doutorando em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: ediano.prado@ifsuldeminas.edu.br*

RESUMO

O As primeiras reflexões sobre a política estiveram imbricadas no desenvolvimento dos sistemas filosóficos da antiguidade. No universo de sedimentação do saber indagativo, ganhou projeção a perspectiva platônica, conformando indelevelmente os parâmetros teóricos do pensamento ocidental. A presente revisão acalenta como objetivo o delineamento das ideias políticas de Platão textualizadas na obra A República. O discípulo de Sócrates enriqueceu a discussão sobre a natureza e fundamentação da justiça através da exposição do modelo de uma sociedade política ideal, a cidade governada pelos sábios. A política aparece associada às questões éticas e epistemológicas. Com base em obras do filósofo ateniense e de comentadores contemporâneos, selecionadas pela pertinência de seu conteúdo ao tema, em idioma português, a revisão salienta a necessidade de retomar a relação entre política e conhecimento da justiça numa conjuntura de extravio das figuras públicas de sua função de governar em prol da coletividade e de combate e desprezo ao conhecimento humanista e científico.

Palavras-chave: Filosofia; Justiça; Sociedade ideal; Dialética; Política.

ABSTRACT

The first reflections on politics were intertwined in the development of ancient philosophical systems. In the universe of sedimentation of inquiring knowledge, the Platonic perspective gained prominence, indelibly shaping the theoretical parameters of Western thought. This review aims to outline the political ideas of Plato textualized in the work A República. Socrates' disciple enriched the discussion of the nature and rationale of justice by exposing the model of an ideal political society, the city ruled by the sages. Politics appears associated with ethical and epistemological issues. Based on works by the Athenian philosopher and contemporary commentators, selected for the relevance of their content to the topic, in Portuguese, the review highlights the need to retake the relationship between politics and knowledge of justice in a situation of loss of public figures in their role to govern for the benefit of the community and to combat and disregard humanistic and scientific knowledge.

Keywords: Philosophy; Justice; Ideal society; Dialectic; Politics

Recebimento dos originais: 13/10/2019

Aceitação para publicação: 01/12/2019

INTRODUÇÃO

Platão (428-347 a.C), o mais importante continuador da obra de Sócrates, é quem confere à filosofia a sua primeira e grande sistematização. Todas as questões dos filósofos pioneiros, os chamados “pré-socráticos”, – sobre o princípio do mundo, as exigências lógicas e os impasses a respeito do movimento e da pluralidade¹ -, encontram desdobramentos em Platão. Até as questões sobre os valores humanos (formuladas, de um lado, pelos sofistas e, de outro, por Sócrates²), passando pelos rigorosos estudos matemáticos dos pitagóricos, que constituíram os temas do pensamento ocidental, encontram-se não apenas sintetizados, mas também colocados em novos termos por Platão (PRADO JÚNIOR, 1989).

A força dessa síntese é tal que, segundo Russel (1957) e Ghirdelli Jr. (2010), muitos historiadores da filosofia comungam a tese de que a história da filosofia não passa de uma sucessão de notas de rodapé da obra platônica. Exagerados ou não, esses comentários referem-se ao fato de que praticamente tudo o que a filosofia, a partir de então, irá tomar como tema tem origem nele, seja para aprofundar o pensamento, seja para refutá-lo³.

No interior de monumental edifício do saber filosófico, Platão nunca deixou de ser um obcecado pela política: “Para ele, o conhecimento estava em função de sua filosofia que, no limite, era uma filosofia política” (GHIRALDELLI Jr., 2010, p. 16). Expressão máxima da associação entre conhecimento e política, a obra *A República* é, na apreciação de Paviani (2003), um dos textos mais importantes da civilização, especialmente para aqueles que pretendem refletir a organização social e política atual. Na apreensão de Blackburn (2008, p. 12), “se existem livros que conseguem modificar o mundo, então *A República* pode reivindicar o primeiro lugar entre eles”. Obra polêmica, para alguns, inovadora, estabelecendo as primeiras relações entre ética e política, para outros, seu pensamento utópico e idealista possui caráter conservador.

¹ Nas análises de Chauí (2002) e Reale (1993), nomes como Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Parmênides, Heráclito e Demócrito, independentemente de serem cronologicamente anteriores ou posteriores a Sócrates, foram denominados como “pré-socráticos”. Esses homens empenharam-se num esforço desinteressado para compreender o mundo. Procuraram descobrir *leis naturais* que fossem eternas. Buscaram a chamada *substância primordial*, origem, conteúdo e finalidade de todos os corpos e seres, além de pensarem o movimento e a imutabilidade. São os representantes da *filosofia da natureza*. Esses filósofos dão os primeiros passos na direção de uma forma científica de pensar. Exemplificamos com Demócrito que, desprovido dos aparelhamentos tecnológicos hodiernos, postulou, pela observação e reflexão, que todos os corpos da natureza são constituídos por partículas minúsculas denominadas átomos. Tese que se tornou o fundamento da física moderna.

² Segundo Prado Jr (1989), Abrão (2011), Chauí (2002) e Ghirdelli Jr. (2010), Sócrates (470 - 399 a.C) é, provavelmente, a personagem mais enigmática de toda a história da filosofia. Ele não escreveu uma única palavra e, não obstante, está entre os que maior influência exerceram sobre o pensamento ocidental. Muitas correntes filosóficas enxergam em Sócrates seu precursor. Assim, são muitas as figuras construídas de sua pessoa. A imagem comumente aceita de Sócrates é aquela traçada por seu discípulo Platão. Todavia, é muito difícil julgar-se até que ponto queria Platão retratar o Sócrates histórico e até onde pretendia que a pessoa chamada “Sócrates” fosse, em seus diálogos, simplesmente o porta-voz das idéias platônicas. Sócrates faz da arte da conversação o principal instrumento de sua busca. Em seus diálogos busca conhecer a essência das coisas. O método dialético, isto é, o método de procurar o conhecimento por meio de perguntas e respostas, se presta às questões de ordem moral. Por isso ele é considerado o precursor da Ética (MARCONDES, 2009).

A descrição platônica dos sofistas é negativa, sarcástica. Os sofistas eram mestres e sábios itinerantes, que viviam se deslocando entre várias cidades gregas. Pessoas estudadas, versadas em certos assuntos, que ensinavam seus discípulos, sob estipêndios, a retórica – arte da argumentação. Para os sofistas não havia um princípio único que a tudo comandasse, mas apenas convenções que os homens estabelecem para depois abandonar. Os valores seriam relativos e instáveis. O fato de cobrarem honorários e defenderem a relativização da verdade e da justiça conferiu-lhes uma insidiosa caricatura de demagogos e embusteiros.

³ O primeiro combate ao sistema platônico foi protagonizado por outro edificador de complexo sistema filosófico, seu discípulo Aristóteles (2019; 2016; 2012). As reservas e refutações ao platonismo atravessaram os séculos, escorrendo em leitões pouco ou muito férteis. Crítica contundente à metafísica platônica é encontrada num dos grandes demolidores de valores do século XIX, o alemão Nietzsche (2005; 2014).

A presente revisão bibliográfica, longe de adotar julgamentos axiológicos sobre a obra em questão, objetiva delinear alguns traços da mesma que atentem para a definição de justiça e para o papel do saber (filosofia) na condução dos negócios públicos. Com este propósito, estrutura-se a exposição em três momentos: 1) explanação sucinta e geral de aspectos biográficos e do pensamento de Platão; 2) abordagem da obra *A República*; 3) considerações finais.

METODOLOGIA

Na realização desta revisão foi efetuado o levantamento de obras de autores estrangeiros e nacionais que abordaram o pensamento e a vida de Platão. A discriminação das obras se baseou nos seguintes critérios: a) a pertinência para a compreensão do pensamento político platônico; b) a existência das mesmas no idioma português. Além das obras de comentaristas, foram pesquisadas e citadas obras do próprio autor, todas com tradução em português. O universo de pesquisa, leitura e citação consta de 27 obras (livros), 1 dissertação de mestrado e 1 artigo em revista científica.

ASPECTOS BIOGRÁFICOS

Aristócles nasceu em 428 a.C, em Atenas, no seio de uma das grandes famílias políticas da radiante e rica cidade-Estado⁴. Filho de Ariston e de Perictione, o rebento estava ligado, sobretudo pelo lado materno, a figuras eminentes do mundo político. “Sua mãe descendia de Sólon, o grande legislador, e era irmã de Cármides e prima de Crítias, dois dos Trinta Tiranos que dominaram a cidade durante algum tempo” (PLATÃO, 1991, p. 12). Reputada berço da filosofia e da democracia, não obstante as vicissitudes intestinas e derrotas nas batalhas, a cidade irradiava as luzes da sabedoria e atraía sábios e mestres de todas as regiões da Ática.

Na juventude, o promissor ateniense, entregue aos valores da sobriedade e equilíbrio que perfaziam a ideia de virtude entre os gregos, combinando ginástica e estudos, foi premiado, duas vezes, como lutador nos jogos ístmicos. Não alcançou, porém, as Olimpíadas, em Olímpia. Na arena, durante os combates, em alusão à compleição física, a posse de ombros largos, utilizava o nome de Platão (STRATHERN, 1997). Arriscou-se na construção poética trágica, porém malogrou. Enveredou pelos caminhos da amizade à *sophos* (sabedoria), a filosofia. Encontrou, à sombra de Sócrates, atmosfera fértil para a germinação de suas reflexões (CASERTANO, 2014).

A ampla tutoria e estreita relação entre Sócrates e o pupilo, enveredando por favoritismo entre os demais discípulos, marcou profundamente a carreira posterior de Platão. A morte do mestre, condenado e morto em 399 a.C., foi o catalisador do afastamento das preocupações mundanas e sensíveis, como a política prática, e do devotamento à busca da verdade: o devotamento e louvor à verdadeira filosofia, a crença de que somente à sua luz se pode reconhecer onde está a justiça na vida pública e na vida privada (ABRÃO, 2011; CASERTANO, 2014). Sócrates, com suas inquições, sua perplexidade e sua ironia, tornara-se mordaz acusador das contradições e iniquidades vigentes na política ateniense. Sócrates pôs o dedo na ferida da própria Atenas, que mergulhara em vícios e na corrupção, e fingia ser justa. Os poderosos decidem condená-lo. O pretexto é o de ofender os deuses da cidade e de corromper a juventude. Foi

⁴ A sociedade grega apresentou, na Antiguidade, uma singular organização política: uma miríade de cidades-Estado, com particularidades no regime governamental (algumas oligarcas, outras aristocratas, outras tirânicas, e Atenas democrática). Ganhou notoriedade posterior, a diferença, e mesmo rivalidade, entre Atenas e Esparta. Cada cidade-Estado jactanciosa de sua especificidade, de suas tradições, seus deuses e seus heróis.

submetido ao Tribunal e condenado a ingerir veneno. A defesa que Sócrates faz de si próprio, relatada por Platão (1988), é um libelo contra os que o julgam. Altivo não pede clemência. Sua morte é decretada a contragosto (CHAUÍ, 2000).

Para Platão, a vida de Atenas era a prova viva do que mostrava Sócrates ao denunciar, com suas perguntas, o falso saber dos homens no que se refere aos valores morais. A política ateniense, sob o manto dos Trinta Tiranos, que arrotava seu orgulho de ter um governo o mais justo, degenerava de injustiça em injustiça numa tirania.

Desiludido, Platão abandona o ideal de participação política alimentado desde a juventude. O interesse de Platão pelos assuntos políticos decorria, em parte, de circunstâncias de sua vida, mas era também uma atitude generalizada no grego de seu tempo (PLATÃO, 1991). Como os demais homens livres, pensava como um cidadão, um animal político. O sacrifício das liberdades individuais em nome da disciplina e da ordem social e todas as demais deficiências do regime democrático ateniense despertaram, em Platão, despreço pelos políticos de seu tempo. Faz da crise política da cidade um tema de reflexão. Na *A República*, descreve o estado ideal, ou seja, ele imagina um Estado-modelo, ou ainda aquilo que chamamos de Estado utópico. Todavia, são pertinentes algumas observações no sentido de evitarmos a redução da reflexão política platônica ao mero resultado da conjuntura. Reflexão filosófica e realidade efetiva das coisas apresentam mútua mediação. Nessa seara comungamos a assertiva de Batagello (2005, pp. 33, 34):

“Todavia, não se trata de afirmar que a ‘consciência’ de Platão foi afetada pelas tensões deste período, influenciando a composição de seus textos. Partimos do pressuposto de que, consoante à necessidade de reorganização política e militar de Atenas, após o fim da guerra contra os lacedemônios, certas identidades, como a de cidadão-soldado, entraram em crise. Desta forma, uma série de problemas emergiram desta situação e, dentre eles, a necessidade de se reconsiderar a validade de determinadas práticas pedagógicas, bem como a de proposições alternativas. Foi em torno desta necessidade prática que se estabeleceram várias disputas teóricas, das quais podemos encontrar vestígios em algumas obras de Platão”.

Após a morte de Sócrates, abandona Atenas e empreende várias viagens, permanecendo longos anos longe do torrão natal. Na terceira viagem a Siracusa, travando diálogo com o supremo governante Dionísio, em entrevista acalorada, ambos lançam considerações desabonadoras sobre a pessoa do contendor. Dionísio, tirano, aprisiona o ateniense e o coloca em um barco espartano em direção a Egina, com ordens expressas ao capitão de vendê-lo como escravo. Reconhecido por um velho amigo, Platão é resgatado, mediante compra, e restituído à dignidade de cidadão. Retorna a Atenas e, em 386 a.C., compra um lote de terras nos Jardins de Academos, onde erige sua escola, a Academia⁵, e onde desenvolve seus estudos.

A Academia não é uma instituição escolar no sentido moderno. É antes uma espécie de irmandade, com certas conotações religiosas, em que se discute livremente a respeito de temas como matemática, música e astronomia, além de questões propriamente filosóficas. Na entrada, um lema indica a inspiração pitagórica: “Não entre quem não saiba geometria” (ABRÃO, 2011; CHAUÍ, 2002).

⁵ Espelhado na experiência de Platão, o Ocidente convencionou usar a qualificação de acadêmico para todo o indivíduo que se dedica às atividades de estudo e pesquisa, e vida acadêmica para vida universitária.

A DEVOÇÃO AO CONHECIMENTO

O abandono da política enquanto prática, enquanto possibilidade de exercício de funções públicas, como direito e dever dos cidadãos, significou, em Platão, a opção radical pela teoria. Procurou, em suas reflexões, um fundamento sólido para a conduta humana, pois, segundo ele, as ações não se justificam por si mesmas, nem as opiniões ligadas a essas ações (CASERTANO, 2014; GHIRALDELLI JÚNIOR, 2010; RUSSEL, 1957). É preciso afastar-se da vida prática dos homens, desviando o olhar para um outro lugar onde se possa encontrar a Verdade, para fazer dela matéria de contemplação, de conhecimento (*Theoria*):

“Aquilo de que Platão se ocupa, em continuação aos pensadores que o precederam, e que constitui o problema essencial e fundamental de sua obra, contribuição máxima para a cultura, são o pensamento e o Conhecimento tal como nós hoje conceituamos” (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 38).

Mas, se somente a teoria pode fornecer critérios para as ações humanas, em que basear esses critérios? Na teoria mesma. Ela, e só ela, pode proporcionar, a cada passo, sua justificativa. Chauí (2002) considera que, por isso, Platão é levado a desenvolver um pensamento sistemático, coerente, que enfrente todas as dificuldades com seus próprios recursos. Do problema inicial, centrado na discussão da unidade e da transformação, herdado dos pré-socráticos, sua indagação vai se desdobrando em várias direções, todas interligadas.

A possibilidade do conhecimento teórico que se autofundamente e que proclame sua validade unicamente pela força de suas demonstrações é dada pelo método que Platão denomina “dialética”. A dialética é considerada como a ciência suprema⁶. No senso comum da época, essa palavra designava a técnica da discussão, e nesse sentido é a arte cultivada e ensinada pelos sofistas. Mas, para Platão, dialética é outra coisa. Seu modelo são os *Diálogos* protagonizados por Sócrates, cujo encadeamento preciso de raciocínios impossibilitava refutações. Apresentam-se teses que são contrapostas por antíteses. Da depuração dos elementos verdadeiros da tese e da antítese nasce uma nova verdade, a síntese, fruto do consenso. Vai se formando um novo conhecimento que, em vez de mero consentimento, é uma autêntica unanimidade de pensamento, pois as conclusões a que se chega são incontestáveis e não admitem nenhuma outra solução. Desse modo, de passo em passo, o pensamento separa o que é aparente do que é essencial. A depuração corresponde à dissipação dos falsos pressupostos decorrentes das ilusões ditadas pelos sentidos. A razão decanta as impurezas.

Enquanto sujeito histórico e filosófico, senhor de suas perguntas, Sócrates produzia um saber negativo: levava seus interlocutores a saber que nada sabiam. Enquanto personagem dos *Diálogos* platônicos, Sócrates vai além da desconstrução e da ironia e produz um saber positivo. Os *Diálogos* cumprem esse objetivo.

A ORIGEM DAS COISAS: COSMOLOGIA PLATÔNICA E O MUNDO PERFEITO DAS IDEIAS

⁶ Paviani (2003) elucida a etimologia da palavra. Dialética deriva do verbo *lego* que significa colher, escolher, enumerar, falar. *Dia* é uma partícula que indica dualidade, comum acordo. Assim, *dialektos* significa conversação, linguagem, e *dialektikos* significa debate, discussão. Na obra *A República*, Platão (1965 b, p. 133) assim se refere: “O método dialético é, portanto, o único que, rejeitando as hipóteses, se eleva até o próprio princípio a fim de estabelecer solidamente suas conclusões e, que, verdadeiramente, retira o olho da alma da lama grosseira onde jaz mergulhado e o eleva à região superior (...)”

Durante séculos, os gregos formaram sua consciência coletiva com base na mitologia⁷. A *Iliada* e a *Odisséia*, decoradas, entoadas e transmitidas, narravam as discórdias e concórdias, as disputas e enlaces dos deuses entre si e entre deuses e mortais. A mitologia se apresentou como *cosmogonia* - a narrativa sobre o nascimento e a organização do mundo, a partir de forças geradoras divinas – e *teogonia* - a narrativa da origem dos deuses, a partir de seus pais e antepassados. Mitos como explicações fantásticas da gênese do universo e dos fenômenos cósmicos.

Platão, na sua aversão odienta à educação baseada em Homero, direciona o reforço da filosofia como *cosmologia*⁸, isto é, uma explicação racional sobre as origens do mundo e sobre as causas das transformações e repetições das coisas. E é justamente nessa empreitada que o filósofo apresenta o pilar mestre de sua obra: a separação entre o mundo sensível, da matéria, mutável, imperfeito e corrupto e o mundo perfeito, harmônico, incorruptível das Ideias. Nessa separação encontra a fundamentação da mudança e da permanência, dos vícios e das virtudes, da ignorância e da sabedoria, da política corrompida e da sublime arte do bem coletivo, da justiça.

No diálogo Timeu, Platão (2011) supõe a existência de três esferas ou dimensões: um *deus*, o demiurgo (“fabricante” ou “artesão”), que, contemplando a beleza das *ideias* ou *fôrmas* tratou de reproduzi-las manuseando a *matéria*. Tomou então disponível, algo como o Caos inicial da mitologia, e foi modelando, à semelhança das *ideias*, todos os seres do mundo. A obra é perfeita, o arquiteto é perfeito e sublime, porém há que se considerar a imperfeição do material empregado:

“Ora, tudo aquilo que devém é inevitável que devenida por alguma causa, pois é impossível que alguma coisa devenida sem o contributo de alguma causa. Deste modo, o demiurgo põe os olhos no que é imutável e que utiliza como arquétipo, quando dá a forma e as propriedades ao que cria. É inevitável que tudo aquilo que perfaz deste modo seja belo” (PLATÃO, 2011, p 94).

A obra criadora segue uma hierarquia, iniciando pela esfera celestial e finalizando na esfera terrestre. O demiurgo constitui todas as formas na sua proporção, as formas e seres divinos, e, depois, incumbe os seres celestiais de criarem os homens, “estabelecendo o intelecto na alma e a alma no corpo” (PLATÃO, 2011, p. 170):

“Mas tudo isto o deus começou por organizar, e em seguida constituiu o universo a partir delas – um ser-vivo único que contém em si mesmo todos os outros seres-vivos, mortais e imortais. E ele mesmo se tornou demiurgo dos seres divinos, enquanto que atribuiu o encargo de fabricar os mortais àqueles que tinham sido gerados por si. Estes, imitando-o, depois de terem recebido o princípio imortal da alma, tornaram para ele um corpo mortal, que contém em si mesma impressões terríveis e inevitáveis: primeiro, o prazer, o maior engodo do mal; em seguida, as dores, que fogem do bem; e ainda a audácia e o temor, dois conselheiros insensatos; a paixão, difícil de apaziguar, e a esperança, que induz em erro. Tendo misturado estas paixões juntamente com a sensação irracional e com o desejo amoroso que tudo empreende, constituíram a espécie mortal submetida à Necessidade”.

⁷ Ghiraldelli Jr. (2010) esclarece que “mito” vem do grego *mýthos* que significa mensagem, conselho, narrativa. O povo, na época educado sob a pena de Homero, concebia mito como “palavra proferida”.

⁸ *COSMOS* significa mundo ordenado e organizado e *LOGIA* significa pensamento racional, discurso racional, conhecimento. Portanto, a Filosofia nasce como conhecimento racional da ordem do mundo ou da natureza (CHAUI, 2002).

O conjunto dessa obra é o mundo, que no todo apresenta uma ordem, e que é esférico (a figura mais perfeita), único, limitado e, uma vez criado, eterno. Na valoração de Prado Jr. (1989, p. 40), a construção platônica, embora envolvendo suas “concepções num manto de misticismo e fantasia literária que lamentavelmente as ofusca e muitas vezes distorce o sentido profundo”, ilumina as discussões pré-socráticas entre Parmênides e Heráclito sobre mudança e permanência. Parmênides afirmara a existência do *Ser* e a inexistência do *Não Ser*. O *Ser* é imutável. Por outro lado, Heráclito pautou-se na abordagem da mudança como motor da vida e da natureza, “tudo muda, tudo flui”. O motor da mudança é o conflito. O *Ser* muda e o *Não Ser* (como devir) pode existir como virtualidade ou potencialidade do *Ser* (CHAUÍ, 2002; MARCONDES, 2009). O nada, antes impensável em Parmênides, muda de significado em Platão: é o *Outro*, algo que não são as ideias (o *Mesmo*), isto é, a própria matéria de que é feito o mundo. É esse *Outro* que faz com que o mundo seja, em seus aspectos particulares, dominado por variações, pluralidade, aparências, opiniões e injustiças.

O *Outro*, o mundo sensível, seria uma cópia imperfeita do *Mesmo*, do mundo das Ideias. Essa construção faz sua aparição na obra *A República*. Ao apresentar o mundo material como aquilo que devém e se corrompe, Platão rebaixa os sentidos, apontando-os como incapazes de alcançarem a Verdade. O mundo da política, da vã glória, dos enriquecimentos, dos conchavos, das negociações, das perseguições, das punições injustas, das iniquidades seria fruto de uma interpretação equivocada do que seja justiça. Foi com o objetivo de alcançar esse conhecimento que Platão apresenta a sociedade política ideal. Ela está num plano transcendente, no universo das Ideias de Justiça e de Bem, “no cume das quais está o objeto último de um tipo especial de conhecimento independente dos sentidos” (BLACKBURN, 2008, p. 21).

As Ideias são essências, modelos, que habitam o universo etéreo e foram utilizadas como inspiração pelo Demiurgo. Herdeiro da valorização que Pitágoras empreendeu da matemática⁹, Platão assevera que a geometria fornece exemplos da existência de tais essências. Afinal, essa ciência trabalha com figuras perfeitas (triângulos, círculos, etc), que, embora não se encontrem no mundo sensível, existem no universo intelectual. E, mesmo fora do âmbito da geometria, tomando as alusões de Gaarder (1995), percebemos, por meio dos sentidos, uma diversidade de cavalos, de diferentes tamanhos e cores, mas jamais nos enganamos sobre eles: são todos cavalos. Assim, também é a justiça, em torno da qual se faz tanta controvérsia. Há algo que mesmo intuitivamente se pode reconhecer como justo. É preciso então que haja a essência das figuras geométricas, do cavalo, da justiça.

Platão denomina, segundo Abrão (2011), essas essências de *eidos*, palavra que pode ser traduzida por *ideia ou forma*. Assim, se no mundo sensível há vários cavalos diferentes, existe, por outro lado, uma única Ideia de Cavalo. E, para os diferentes círculos que percebemos, há uma só Ideia de Círculo. A pluralidade das coisas e as mudanças são próprias do mundo sensível; cada Ideia, ao contrário, é única e imutável, existindo verdadeiramente, e não apenas no sentido ideal, tal como hoje comumente entendemos. Assim, o mundo supra-sensível existe de forma anterior e mais efetiva do que o mundo sensível. É ele o verdadeiro mundo real.

⁹ Na análise de Strathern (1997), Pitágoras acreditava que, para além do mundo confuso das aparências, existia um mundo abstrato e harmonioso dos números. Essa concepção é muito próxima das formas ou Ideias platônicas. O que começou como números em Pitágoras tornou-se formas ou Ideias puras em Platão.

O mundo sensível é uma cópia imperfeita do mundo das idéias. O mundo das Ideias é uma realidade autônoma por cima do mundo dos sentidos. Nele estão as imagens primordiais, eternas e imutáveis, daquilo que encontramos, imperfeitamente, na natureza. Assim, todos os fenômenos da natureza são meros reflexos das formas eternas, das Ideias. Como reflexos, como imitação, as coisas sensíveis são sempre imperfeitas, e isto explica por que o mundo sensível é variado e sempre em mutação (CHAUÍ, 2000).

Entretanto, a maioria das pessoas está satisfeita com sua vida em meio a esses reflexos sombreados. Elas acreditam que as sombras são tudo o que existe, e por isso não as vêem como sombras. Com isto, esquecem-se, também da imortalidade da alma. Nas análises de Russel (1957); Chauí (2000; 2002) e Marcondes (2010), da mesma forma que a realidade, para Platão, está dividida em duas partes – mundo sensível e mundo das idéias – o homem também seria um ser dual. Possuidor de um corpo que “flui” e que está ligado ao mundo dos sentidos, e de uma alma, que é a morada da razão. A alma participa do mundo das idéias. É imaterial, incorpórea e impalpável. Constitui, portanto, o elo da ligação com o mundo inteligível. Através da alma, da razão, o homem pode atingir o conhecimento da essência.

A busca do conhecimento, pela reflexão, pela teoria, consiste no discernimento de duas espécies de causas: a necessária e a divina. São as causas divinas provenientes do demiurgo, e as necessárias foram instrumentalizadas para realização da obra. Aos homens, sobretudo aos sábios, recai a incumbência de procurar o divino, de elevar-se do sensível ao inteligível:

“E é a divina que devemos procurar em tudo, com vista à obtenção de uma vida feliz, na medida em que a nossa natureza o admita; quanto à necessária, é em função da divina que a procuramos, tendo em mente que sem as causas divinas, as únicas com que nos preocupamos, nem apreendê-las nem participar delas de qualquer modo” (PLATÃO, 2011, p. 169).

A obra *A República* orienta-se nesta direção, na busca da Justiça como Ideia, transcendente às manifestações injustas do mundo sensível, despida das preocupações mesquinhas de mero exercício e aplicação tendenciosa do poder político. *A República*

“é a concepção de que a *polis* é um organismo moral e, por conseguinte, uma comunidade de caráter fundamentalmente ético, de forma que a finalidade suprema visada pela sua constituição deve ser a realização da justiça e da virtude, e não a simples consecução de objetivos materiais como a segurança, o bem estar, a produção de riquezas, etc. Ora, para se realizar a justiça e a virtude, é preciso, antes de qualquer outra coisa, conhecê-las, vale dizer, apreender qual é a sua verdadeira natureza (*physis*), o que desemboca na conclusão de que a realização do *télos* supremo da cidade depende de um saber” (OLIVEIRA, 2014, P. 33).

A REPÚBLICA: DEFINIÇÃO DE JUSTIÇA E O GOVERNO DOS FILÓSOFOS

A República é organizada na forma de diálogo entre Sócrates e inúmeros interlocutores (Céfalo, Polemarco, Trasímaco, Adimanto, Glauco e Clitífin), além de diversos assistentes (Lísias, Eutidemo, Carmântide e Nicerato). Composta de dez livros, esta obra prima de moral e ética nos apresenta a organização política ideal como meio de discutir a noção de Justiça, tanto

coletivamente quanto individualmente, bem como de discorrer sobre a natureza do verdadeiro conhecimento.

Os cinco primeiros livros centralizam a abordagem na proposta de estudar e decifrar a justiça na cidade e depois no indivíduo:

“Talvez num quadro maior, a justiça seja maior e mais fácil de estudar. Por conseguinte, se quiserdes, procuraremos antes a natureza da justiça nas cidades; em seguida, examiná-la-emos no indivíduo, de maneira a perceber a semelhança da grande na forma da pequena” (PLATÃO, 1965 a, p. 121).

A sociedade, assim como o corpo e a alma humanos, é triádica, composta de três naturezas de indivíduos. Os indivíduos são todos irmãos, filhos da terra, porém, alguns receberam, em nascimento, ouro na alma, outros prata e outros bronze e ferro. A cada uma das categorias corresponde uma virtude e uma função. A *razão* pertence à cabeça, representada pelos indivíduos de *alma de ouro*, a *vontade* pertence ao *peito*, característica dos homens de *alma de prata*, e o *desejo* ou o prazer ao *baixo ventre*, aos sujeitos de *alma de bronze e ferro*. Cada uma dessas partes possui, também, uma *virtude* ou um ideal. A razão deve aspirar à *sabedoria*, a vontade deve mostrar *coragem* e os desejos devem ser controlados a fim de que se possa exercitar a *temperança*. Somente quando as três partes agem como um todo é que temos a sociedade e o indivíduo harmônicos, justos ou íntegros.

Aos representantes do primeiro grupo convêm as funções de governo, aos segundos a guarda da cidade, aos demais as profissões manuais. Contudo, o ouro e a prata podem tocar os filhos dos lavradores e artesãos, permitindo a rotatividade na governo da cidade, evitando a formação de castas:

“Sois todos irmãos na cidade, dir-lhe-emos, continuando esta ficção; mas o deus que vos formou introduziu o ouro na composição daqueles dentre vós que são capazes de comandar: por isso são os mais preciosos. Misturou prata na composição dos auxiliares; ferro e bronze, na dos lavradores e outros artesãos. Comumente, gerais filhos semelhantes a vós mesmos; mas, como sois todos parentes, pode acontecer que, do ouro, nasça um rebento de prata, da prata, um rebento de ouro e que as mesmas transmutações se produzam entre os outros metais. Por isso, antes e acima de tudo, o deus ordena aos magistrados que vigiem atentamente as crianças, que tomem muito cuidado com o metal misturado em suas almas (...) e lhes concedam o gênero de honor devido à respectiva natureza (...)” (PLATÃO, 1965a, p. 192).

Assim, a Justiça será alcançada quando prevalecer o princípio da divisão do trabalho e cada uma das partes da sociedade cumprir a contento sua função. Cada classe deve cumprir a tarefa que lhe foi consignada e que o recrutamento dessas classes se processe segundo as aptidões naturais de cada um. A justiça é condição das outras virtudes: “Ora, estabelecemos, e repetimos muitas vezes, se bem te recordas, que cada um deve ocupar-se na cidade de uma única tarefa, aquela para a qual é a melhor dotado por natureza” (PLATÃO, 1965a, p. 217).

A Justiça é a “força que contém cada cidadão nos limites de sua própria tarefa” e “concorre, para a virtude de uma cidade, juntamente com a sabedoria, a temperança e a coragem desta cidade” (PLATÃO, 1965a, p. 218). Contrariamente, a injustiça é mudança arbitrária na ordem da natureza, quando indivíduos de um grupo exercem funções correspondentes aos indivíduos de outro grupo: “A confusão e a mutação destas três classes (sábua, corajosa e temperante) entre si

constituem, portanto, para a cidade, o supremo dano, e é com todo o direito que se chamaria tal desordem o maior dos delitos” (PLATÃO, 1965a, p. 219). As sedições, insurreições e instabilidades ocorrem quando a hierarquia e a harmonia dos elementos são desrespeitadas, com a revolta das partes inferiores contra a autoridade legítima da parte mais nobre. A justiça é em si o maior dos bens, enquanto a injustiça o maior dos males.

Definidas a Justiça e a injustiça, Platão (1965a) realiza a transposição da conclusão relativa à cidade ao indivíduo. A trindade cívica é projetada na divisão da alma: razão, desejo (elemento concupiscível) e elemento irascível (cólera). O indivíduo justo é aquele em cuja alma cada elemento realiza a sua própria tarefa: “não permitindo a qualquer das partes da alma que cumpra uma tarefa alheia, nem às outras três partes que usurpe as respectivas funções” (PLATÃO, 1965a, p. 235).

Nos homens de composição privilegiada, alma de ouro, os sábios, ocorre a hegemonia do elemento racional. São conhecedores da virtude, principalmente o conhecimento da Justiça, e adquirem as condições para governar a sociedade. Platão argumenta que *é preciso que os filósofos se tornem reis, ou os reis e soberanos deste mundo, realmente e sinceramente, filósofos. Defende uma sofocracia, o poder dos sábios.* Em sua visão, é um dever iniludível do filósofo se dedicar ao governo da *polis*. Sua preocupação não é enaltecer o filósofo, mas demonstrar que o filósofo, pelo fato de dedicar-se à busca do conhecimento, é capaz de transpor as aparências e conduzir a administração ao patamar da Justiça, superando a discórdia de facções partidárias que almejam o poder para benefícios particulares. Os filósofos compõem a classe que delibera sobre os interesses gerais, nobre prerrogativa reservada à inteligência política:

“Enquanto os filósofos não forem reis nas cidades, ou aqueles que hoje denominamos reis e soberanos não forem verdadeira e seriamente filósofos, enquanto o poder político e a filosofia não convergirem num mesmo indivíduo, enquanto os muitos caracteres que atualmente perseguem um ou outro destes objetivos de modo exclusivo não forem impedidos de agir assim, não terão fim, meu caro Glauco, os males das cidades, nem, conforme julgo, os do gênero humano, e jamais a cidade que nós descrevemos será edificada” (PLATÃO, 1965a, p. 237).

EDUCAÇÃO DO SOLDADO-CIDADÃO E DO FILÓSOFO GOVERNANTE

Na definição da Justiça em sua cidade ideal, Calípolis, ou Bela Cidade, Platão argumenta que as camadas populares, de alma de bronze e ferro, serão jungidas às atividades laborais, livres para se entregarem a certas posses e vida doméstica, educadas, porém, na temperança, de modo a submeter ou controlar os apetites inferiores em prol da conservação ou alimentação do todo. Seus filhos, socializados (desde que também possuíssem bronze e ferro na composição de suas almas) nos misteres de seus genitores, reproduzirão a subsistência coletiva.

Os membros dos outros grupos, almas de prata e de ouro, destinados, por natureza, às artes militares e à administração política, experimentarão uma longa e enriquecedora trajetória educacional. O sistema educacional visa cultivar desde a infância as virtudes da coragem, temperança, santidade, liberalidade e outras de mesmo gênero. Fixá-las no hábito, de modo a transformá-las numa segunda natureza do corpo, da voz e do espírito.

Platão aborda, inicialmente, a educação do soldado. Elenca as características da vida militar. Os guardiões residirão em acampamentos \ alojamentos militares despidos de bens próprios. Sem posses, os soldados não encontrarão óbices que lhes “impeçam de ser guardiães tão

perfeitos quanto possível e não os induzam a prejudicar os outros cidadãos” (PLATÃO, 1965a, p.194). De caráter ao mesmo tempo brando e irascível (contraditório), serão recrutados entre os cidadãos dotados fisicamente de agilidade e força e, moralmente, de coragem e sabedoria.

Nos acampamentos, o compartilhamento das funções entre os dois sexos será um diferencial. Entre ambos, no parecer de Platão (1965b), inexistem diferenças de natureza em relação às aptidões técnicas. Sócrates refuta as objeções e zombarias, bem como as admoestações, asseverando que as aptidões naturais estão igualmente distribuídas pelos dois sexos e é próprio da natureza que a mulher, assim como o homem, participe em todas as atividades. As mulheres, a exemplo do que ocorria em Esparta, realizarão exercícios físicos e militares junto com os homens. Todos nus. Ocorrerá, também, a comunidade das mulheres e das crianças: as mulheres devem ser comuns a todos os guardiães, tomando o devido cuidado para não resvalar na mais baixa promiscuidade. Ao contrário, a comunidade se distinguirá por seu caráter moral e religioso. Serão erigidas regras para himeneus (cópulas) coletivos entre os indivíduos de elite (almas de ouro e prata), de modo a promover a geração de prole saudável. Preterimento dos mais débeis fisicamente nas composições sexuais e exclusão dos recém-nascidos com deformidade (política eugenista pautada, provavelmente, no exemplo histórico de Esparta). Adotar-se-ão, também, estritas regras para evitar a ocorrência de incesto.

As crianças saudáveis serão consideradas filhas de todos os membros adultos, evitando assim o terrível egoísmo que nasce das relações familiares nucleares: os filhos dos indivíduos de elite serão encaminhados a umas que residem à parte, num bairro da cidade; os filhos dos indivíduos inferiores e mesmo os dos outros que tenham alguma deformidade serão levados a paradeiro desconhecido e secreto. Os filhos dos soldados e sábios, privilegiados na educação, receberão o cultivo dos dons espirituais pela música e os dons corporais pela ginástica, exercícios *gímnicos*, equilibrando seu temperamento ao mesmo tempo irascível e racional:

“Portanto, filósofo, irascível, ágil e forte há de ser aquele que destinamos a tornar-se belo e bom guardião da cidade” (PLATÃO, 1965a, p. 134).

No que tange à música, a educação das crianças se efetivará através de canções edificantes, que despertem coragem, valores sóbrios e amor à pátria. O mesmo procedimento a ser adotado em relação à poesia, deverá, na visão do personagem platônico, ser adotado em relação à música: eliminar as harmonias que favoreçam, nos futuros guardiães, a ebriedade, a lassidão e a indolência; por outro lado, privilegiar os ritmos que expressam uma vida regrada e corajosa¹⁰.

A Ginástica deve contribuir para desenvolver as virtudes da alma, flexibilizando e fortalecendo o corpo. Um corpo débil ou doentio constitui, na verdade, um obstáculo ao desabrochar destas virtudes:

¹⁰ Na concepção de Platão (1965a; 1965b), as fábulas contém deturpações, deste modo, importa que os futuros guardiães só ouçam, na infância, palavras cunhadas com medida, com verdade e com sabedoria. Defende a exclusão da poesia dramática (tragédia e comédia) e a adoção da narrativa. Na verve dramática, os poetas dissimulam, se entregam à imitação.. É preciso, salienta o “mestre do diálogo”, fazer o máximo para que as crianças ouçam fábulas belas e apropriadas para ensinar-lhes a virtude. Platão empreende o combate à obra de Homero, à teologia popular, sobretudo a maneira de representação dos deuses e da morte. Nas palavras de Bloom (2009, p.p. 58, 59), “é possível que Platão considerasse Homero um mago leviano, quase um xamã”. “O Sócrates de Platão quer os deuses destituídos de personalidade: imunes à lascívia, à fúria, à inveja e a tudo o que mais nos interessa no Zeus de Homero”.

“Cumpre, portanto, exercitá-los nela seriamente desde a infância e no decurso da vida. (...). No meu ver, não é o corpo, por melhor constituído que seja, que por sua virtude própria torna a alma boa, mas, ao contrário, é a alma que, quando boa, confere ao corpo, por sua virtude própria, toda a perfeição de que ele é capaz” (PLATÃO, 177).

Pela submissão a uma dieta estrita e pela prática regular de exercícios corporais, os guardiães preparar-se-ão para a rude lida de defensores da cidade:

“De um regime mais fino necessitam nossos atletas guerreiros, aos quais é indispensável remanescer, como os cães, sempre despertos, enxergar e ouvir com a máxima acuidade e, embora mudando amiúde de bebida e alimentação, expondo-se ao sol abrasante e ao frio, conservar uma saúde inalterável” (PLATÃO, 1965a, 178).

Deve-se, porém, evitar o cuidado excessivo com o corpo que vai além do que admite a ginástica. O excesso torna-se molesto na realização dos assuntos domésticos, nas expedições militares e nos empregos sedentários na cidade. Prejudica, sobretudo, o estudo, toda reflexão ou meditação interior. O trato exagerado do corpo, além dos preceitos da ginástica, torná-los-á obtusos, ignorantes, inimigos da razão, grosseiros, tudo se pautando pela brutalidade e selvageria. Do mesmo modo, o cultivo excessivo da música enlanguesce o espírito do guardião. O temperamento ideal resulta do amálgama equilibrado entre os dois elementos da alma, o corajoso e o filosófico:

“Para estes dois elementos da alma, o corajoso e o filosófico, um deus, aparentemente, diria eu, deu aos homens duas artes, a música e a ginástica; ele não as deu para a alma e o corpo, a não ser acidentalmente, mas para aqueles dois elementos, a fim de que se harmonizem entre si, quando tendidos ou afrouxados até o ponto conveniente” (PLATÃO, 1965a, 187).

Entre os guardiães cuja índole filosófica, amadurecida pela educação e pelo tempo, sobressai sobre os demais, serão escolhidos os destinados ao governo da cidade. Serão submetidos a estudos apropriados para elevarem-se à contemplação da Ideia do Bem. Etapas bem definidas de estudos de acordo com a idade, até alcançarem 50 anos, momento de exercício das funções públicas. O Bem, luz da alma, condição de inteligibilidade das Ideias, é a fonte de sua essência e ultrapassa, por conseguinte, em poder e dignidade, esta própria essência; “a ideia do bem é o mais alto dos conhecimentos, aquele do qual a justiça e as outras virtudes tiram a sua utilidade e as suas vantagens” (PLATÃO, 1965 b, p. 88).

O Bem ilumina o pensamento: “O que o bem é no domínio do inteligível com referência ao pensamento e seus objetos, o sol o é no domínio do visível com referência à vista e seus objetos” (PLATÃO, 1965 b, p. 94). A educação dialética, coroamento de todo um percurso em outras disciplinas, (lógica e aritmética - ciência dos números-; geometria; ciência dos sólidos ou estereometria; ciência dos sólidos em movimento; astronomia; a música) é considerada a ciência superior, a que convém, necessariamente, aos chefes supremos da cidade. Percurso formativo que possibilite fazer abstração dos conhecimentos ilusórios que vêm dos sentidos e estabelecer as conexões dos verdadeiros conhecimentos que se originam da razão.

A LUZ DA FILOSOFIA E AS TREVAS DA CAVERNA

Na definição do criador da Academia, o verdadeiro filósofo ama a ciência na sua forma universal: “Mas aquele que deseja saborear toda a ciência, que se entrega alegremente ao estudo e nele se revela insaciável, a esse chamaremos, com razão, de filósofo, não é assim?” (PLATÃO, 1965b, p. 240). Tem por objeto o verdadeiro mundo, o mundo das Ideias. Conhece a verdade, a justiça e a bondade. Dissipou as sombras do sensível e sufocou, em sua alma, a ignorância, a opinião e o sensualismo. À frente do Estado, reproduz o exemplar divino. Os filósofos podem chegar ao conhecimento do imutável, do verdadeiro absoluto, da Ideia Justiça (essência eterna que não está sujeita às vicissitudes da corrupção), ao passo que aqueles que não podem, mas erram na multiplicidade dos objetos variáveis não são filósofos. O filósofo despreza os prazeres sensíveis; cuida para que não exista nenhuma baixa de sentimentos; alma nobre e sublime; espírito repleto de moderação; amigo da verdade, da justiça e da coragem.

A “verdadeira filosofia”, proclamada por Platão, recusa a solução dos sofistas, para os quais a justiça e a injustiça não passam de convenções. Para os sofistas, o “certo” e o “errado” era algo que fluía. Sócrates já havia apontado um caminho diferente: acreditava em regras ou normas eternas que governavam o agir dos homens. Platão também se interessa pela relação entre aquilo que é eterno e imutável, de um lado, e aquilo que flui, de outro. E aplica seu interesse ao plano moral.

O discípulo de Sócrates elucida o papel do filósofo e da filosofia por meio da célebre *Alegoria da Caverna*, que abre o Livro VII da *República*. Ele ilustra os passos do amor (*philia*) que deseja conhecer o eternamente justo, o eternamente bom, o eternamente verdadeiro. Segundo essa alegoria, o mundo sensível é como uma caverna em que os homens se encontram acorrentados de tal modo que só podem olhar as paredes escuras. Atrás deles, na entrada da caverna, há uma fogueira cuja luz projeta na parede sombras escuras – a única realidade, para esses homens. Mas se um deles conseguir escapar? Fora da caverna, a intensa luz do Sol ofusca-lhe a visão. Os olhos, porém, acostumam-se à claridade e ele vê a verdadeira e bela realidade: o mundo inteligível. Maravilhado, não pode deixar de voltar à caverna, a fim de comunicar aos companheiros a sua descoberta. Mas eles não o compreenderão. Provavelmente será vitimado por zombaria e, depois, pela morte.

O filósofo que chega à verdadeira realidade tem uma missão: a de voltar à caverna, ao mundo sensível dos homens, mesmo que ali seja incompreendido. Afinal, viu a luz do Sol que ilumina a realidade; a luz que, ao possibilitar o conhecimento, proporciona, também, o discernimento de como os homens devem agir. Conhecer, para Platão, é conhecer o Bem, a Ideia sublime que, como o Sol, ilumina as demais ideias, tornando-as compreensíveis.

Na lógica platônica, o acesso ao conhecimento é condição para retornar ao universo sensível e imperfeito, a fim de moldá-lo, tal qual o demiurgo, à imagem e semelhança das Ideias. Nesse longo percurso, que vai do mundo da injustiça até o Bem e que volta ao mesmo mundo injusto – percurso que ficou conhecido como “dialética ascendente” (ascensão da alma ao mundo inteligível) e “dialética descendente” (descensão ao mundo sensível) -, ele teve de abranger praticamente todos os temas que mais tarde alimentariam a história da filosofia. Na sociedade ideal, a educação favorece a dialética ascendente e as leis devem obrigar os filósofos a realizarem a

descida para o mundo sensível, com a finalidade de governar em prol da felicidade coletiva, concretizando o belo, o justo e o bem.

DAS FORMAS CORRUPTAS DE GOVERNO

Ao discorrer sobre a cidade ideal, o personagem Sócrates pontua que a cidade feliz é condicionada por seu estado econômico. Não deve ser demasiado rica, nem demasiado pobre, pois, enquanto a riqueza engendra a ociosidade e a moleza, a pobreza faz nascer a inveja e os baixos sentimentos, sempre acompanhados de um triste séquito de desordens. Quanto ao território, o justo limite intransponível é o que conserva ao Estado a sua perfeita unidade.

A República platônica mostra-se uma aristocracia, a saber, o governo dos melhores, dos sábios, dos iluminados. Tomando-a como parâmetro, o filósofo debruça-se sobre as formas degeneradas de governo¹¹. Aponta quatro formas de governo degradadas: 1) Timocracia ou *timarquia*; 2) Oligarquia; 3) Democracia; 4) Tirania. A degeneração decorre do fato dos governantes desrespeitarem as leis e elevarem interesses egoísticos e de grupos sobre os interesses coletivos. Na Timocracia, o culto da virtude é substituído pelo impulso guerreiro: domina o elemento irascível – é a ambição e o amor às honras. Na Oligarquia, os ricos governantes administram para si e não para a coletividade: o governo “baseia-se no censo em que os ricos comandam e o pobre não participa do poder” (PLATÃO, 1965 b, p. 153). Na Democracia, segundo Platão, o povo é incapaz de adquirir o conhecimento da ciência política, tornando-se vulnerável ao demagogo, o político que engana. A leitura platônica encara como falaciosa a pretensão à igualdade democrática, uma vez que defende a desigualdade natural entre categorias de homens. Sua definição de democracia diverge da definição moderna. Entende que a democracia aparece quando; “os pobres, tendo conquistado a vitória sobre os ricos, chacinam uns, banem os outros e partilham, igualmente, com os que sobram, o governo e os cargos públicos” (PLATÃO, 1965b, p.p. 162, 163). Por fim, na Tirania, a pior forma de governo, fruto da decadência da Democracia, um único homem exerce o poder através do uso extremo da força. O tirano é a antípoda do magistrado filósofo.

Às formas degeneradas de governo correspondem as naturezas dos governantes. A República degenera em Oligarquia, a Oligarquia em Democracia e a Democracia em Tirania à medida que os governantes conhecem uma sublevação entre os elementos da alma, de modo que o elemento racional é subtraído perante os elementos concupiscível e irascível. Do governo do filósofo, racional, descamba-se, em linha sucessória, ao governo do tirano, o mais infeliz dos homens, presa de suas paixões e de seus temores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evocamos, para sublinhar a relevância e atualidade do pensamento político de Platão, as colocações de dois autores. Reputado “patrono” da Revolução Francesa, momento icônico da

¹¹ O discípulo de Platão, Aristóteles (384 – 322 a.C.), recusou, no âmbito da teoria política, a utopia platônica, a sofocracia, considerando-a impraticável. Em sua visão, Platão foi prisioneiro de uma visão mítica do mundo, que confundia as ideias dos homens com a realidade do mundo. Na leitura aristotélica, cabe ao conhecimento tornar-se conhecimento do mundo sensível. Nesse sentido, suas teses sobre poder e formas de governo se assentaram em informações colhidas sobre 158 organizações políticas. Aristóteles (2012b) construiu uma tipologia das formas de governo. Utilizou, nessa diferenciação, dois critérios principais: 1) a quantidade daqueles que governam; 2) o valor legítimo ou ilegítimo do governo. Platão repercutiu as formas de governo idealmente, sem coletar informações acuradas sobre as constituições de vários povos.

democracia moderna, Rousseau (1981) retoma a imagem do governante como sujeito iluminado pela razão, cuja alma mantém intacta a hierarquia entre os elementos racional, irascível e concupiscível. O legislador, porta-voz da vontade soberana, deve ser um homem extraordinário, capaz de compreender e falar a linguagem do povo, mas capaz, também, de transpor os limites do sensível e das demandas imediatas orquestrando, guiado pela razão, leis que transformem cada indivíduo em parte de um todo maior e harmônico:

“O legislador é, de todos os pontos de vista, um homem extraordinário no Estado. Se ele o deve ser pelo seu gênio, não o deve ser menos pelo uso que dele faz” (ROUSSEAU, 1981, p. 45).

Considerado expoente do pensamento político liberal, Stuart Mill (s\d) tece considerações no mesmo sentido. Assevera como um dos critérios de avaliação da excelência do governo a sua capacidade de elevar as qualidades desejáveis, morais e intelectuais, de seus governados:

“Podemos considerar, então, como um dos critérios da excelência do governo, o grau em que tende a aumentar as boas qualidades de seus governados, coletiva e individualmente; uma vez que, além do fato de que o bem-estar de todos é o único objetivo do governo, as boas qualidades do povo suprem a força motriz que faz funcionar o mecanismo” (STUART MILL, s\d, p. 37).

Ambos os autores reforçam em seus escritos a imagem do governante esclarecido, pautado na conduta racional e altruísta dos assuntos públicos, solidificando os liames éticos entre os cidadãos e elevando sua qualidade moral. Governante que, na perspectiva platônica, pela sabedoria domina a verdade sobre o que é justo, bom e verdadeiro. Todavia, quando abandonamos a esfera do ideal e adentramos à realidade efetiva das coisas políticas, a indagação que inquieta (seguindo a tradição socrática) é: nossos governantes se aproximam do ideal platônico ou se mostram representantes corrompidos pela baixeza da irreflexão, obnubilados por sentimentos vis, pela ira e pela concupiscência? Possuem alma nobre e sublime, são amigos da verdade, da justiça e da coragem ou atuam como demagogos, assediando e persuadindo a população com sua eloquência enquanto avolumam suas burras às custas do erário público?

A obra *A República* atravessou milênios dissipando com as luzes da filosofia as contradições da política: sua degeneração de sublime arte do bem coletivo ao exercício de preocupações egoísticas e aplicação tendenciosa do poder. A obra orienta-se na direção da busca da Justiça como Ideia, transcendente às manifestações injustas do mundo sensível, A preocupação do discípulo de Sócrates não é enaltecer o filósofo, mas demonstrar que o filósofo, pelo fato de dedicar-se à busca do conhecimento, é capaz de transpor as aparências e conduzir a administração ao patamar da Justiça, superando a discórdia de facções partidárias que almejam o poder para benefícios particulares. Projetando este ideário aos dias atuais podemos aventar que tanto os governantes quanto os governados ao se entregarem aos estudos humanistas e ao conhecimento científico poderiam encontrar a verdade sobre justiça, igualdade, sustentabilidade, tolerância e enriquecer o padrão moral e de bem estar da sociedade. É o conhecimento universalizado na democracia moderna, não somente apanágio do filósofo, que assegura aos indivíduos a salvação coletiva e a sua própria:

“E a prudência nas deliberações é evidentemente uma espécie de ciência; com efeito, não é por ignorância, mas por ciência que se delibera bem” (PLATÃO,1965b, p, 209).

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Bernardette Siqueira. História da Filosofia. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2011.
- ARISTÓTELES. A Política. São Paulo: Edipro, 2019.
- _____. Órganom. São Paulo: Edipro, 2016.
- _____. Metafísica. São Paulo: Edipro, 2012.
- BATAGELLO, Rodrigo. A República de Platão: relações entre a crítica do sistema educacional grego e as transformações na estrutura militar no período clássico. Campinas, SP. – Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2005.
- BLACKBURN, Simon. A República de Platão: uma biografia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BLOOM, Harold. Onde encontrar a Sabedoria? Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- CASERTANO, Giovanni. Uma introdução à filosofia de Platão. São Paulo: Editora Paulus, 2014.
- CHAUÍ, Marilena. Dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. Convite à Filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. A aventura da filosofia – de Parmênides a Nietzsche. Barueri, SP: Manole, 2010.
- MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 13 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.
- _____. Textos básicos de Ética: de Platão à Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- NIETZSCHE. Além do Bem e do Mal. São Paulo: Vozes, 2014.
- _____. Humano, Demasiado Humano. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.
- OLIVEIRA, Richard Romero. Platão e a questão da democracia na República. Revista Estudos Filosóficos, nº 12\ 2014. DFIME – UFSJ – São João del-Rei – MG; p.p. 28-47
- PAVIANI, Jayme. Platão & A República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2003.
- PLATÃO. Timeu – Crítias. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011.
- _____. Diálogos \ Platão. 5 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- _____. Apologia de Sócrates. Rio de Janeiro: Ediouro, 1988.
- _____. A República. Vol. 1. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965 a.
- _____. A República. Vol. 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965 b.
- PRADO JÚNIOR, Caio. O que é filosofia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social. São Paulo: Europa-América, 1981.
- REALE, Giovanni. História da Filosofia Antiga. Vol. I. São Paulo: Loyola, 1993.
- RUSSEL, Bertrand. História da Filosofia Ocidental. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- STRATHERN, Paul. Platão em 90 minutos. São Paulo: Zahar, 1997.
- STUART MILL, John. O governo representativo. São Paulo; Editora Escala, s\d.